

Público

22-11-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 1126 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 18

MP investiga financiamento ilegal de campanha eleitoral

Despacho final do caso *Ajuste Secreto* não especifica qual a campanha e o partido visado, mas várias referências na acusação indiciam que se trata de campanha autárquica do PSD em Oliveira de Azeméis

Justiça
Mariana Oliveira

O Ministério Público de Santa Maria da Feira vai investigar o "financiamento ilegal de campanha eleitoral", uma informação que consta no despacho final do processo *Ajuste Secreto*, centrado na actividade do ex-presidente da câmara de Oliveira de Azeméis, o social-democrata Hermínio Loureiro. O documento não especifica qual a campanha que está em causa, nem o partido visado, mas as 828 páginas do despacho indiciam que se trata de campanha do PSD no âmbito de eleições autárquicas no município de Oliveira de Azeméis.

Apesar de avançar com a acusação relativamente a 68 arguidos, o Ministério Público decidiu separar algumas partes do processo em novos inquéritos, justificando que ainda há "diligências suplementares" pendentes "em vista o apuramento da existência de indícios suficientes da prática dos crimes indicados". No rol "encontram-se ainda indicados factos susceptíveis de integrar a prática de crimes, para além de outros, de prevaricação, falsificação, corrupção, de detenção de arma proibida, passagem de moeda falsa e financiamento ilegal de campanha eleitoral", lê-se logo no início do despacho.

Ao longo da acusação, aparecem várias referências ao financiamento partidário do PSD. O tema surge em várias conversas telefónicas alvo de escuta, em Janeiro de 2017, após Hermínio Loureiro renunciar à presidência da câmara e o lugar ser preenchido por um seu vereador, menos familiarizado com o funcionamento da máquina partidária. Exemplo disso é uma conversa a 20 de Janeiro de 2017 entre Hermínio Loureiro e o primeiro secretário do Gabinete de Apoio à Presidência que, segundo a acusação, era o "homem de mão" do autarca e chegou a ocupar a presidência da concelhia de Oliveira de Azeméis do PSD. Hermínio Loureiro contava como tinha corrido uma conversa com o seu substituto relativamente



Hermínio Loureiro é um dos arguidos no caso *Ajuste Secreto*

PJ encontra 83 mil euros em casa de funcionário público

Acusado técnico superior da Direcção Regional de Economia do Norte

No total a PJ encontrou mais de 88 mil euros em em numerário que estavam escondidos em casa e no gabinete de trabalho de um técnico superior da Direcção Regional de Economia do Norte (DREN) acusado de oito crimes de corrupção.

A acusação do *Ajuste Secreto* contabiliza que nas buscas à residência deste arguido "foram apreendidos 83.745 euros, em numerário, espalhado por algumas pastas e livros encontrados no quarto utilizado como escritório", tendo sido igualmente encontrados 4600 euros que se encontravam "em vários envelopes numa das gavetas da secretária" do técnico superior.

Quem terá pago parte destas contrapartidas terá sido o empresário da construção civil, natural de Oliveira de Azeméis, que mantinha uma relação privilegiada com autarcas daquele município. Segundo a acusação, o técnico superior, um engenheiro residente na Maia, usaria os conhecimentos inerentes às suas funções e a sua influência junto de terceiros, para beneficiar as várias sociedades do empresário, nomeadamente escrevendo a defesa das firmas visadas em processos de contra-ordenações em matéria ambiental, instauradas por diversas entidades, desde a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) até à

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Os crimes terão ocorrido entre 2011 e Junho de 2017. Exemplo disso é um processo instaurado pela CCDRN após um auto de notícia levantado pela GNR de Oliveira de Azeméis, em Fevereiro de 2016, por uma infracção ambiental muito grave, punível com multa entre os 24 mil euros e os 144 mil euros. Neste caso e em pelo menos outros sete, foi o técnico superior que realizou as contestações apresentadas pelo empresário, estando a maior parte dos casos ainda à espera de uma decisão final. Em dois dos mais antigos, o empresário teve que pagar as coimas, mas pelo valor mínimo de 1500 e 5500 euros.

ao pagamento de uma dívida com um empresário do sector da construção civil natural de Oliveira de Azeméis, que surge mais à frente como financiador do PSD. "Então tu achas que o porco assado, como é que se paga os porcos? Tu achas que vem da lua. Ó pá tens que ter a noção das coisas", afirmava o ex-presidente da câmara, que ainda é vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol e do Comité Olímpico de Portugal.

Segundo a acusação, o novo presidente da câmara reuniu com o empresário da construção e com Hermínio Loureiro a 26 de Maio de 2017, na autarquia. E no encontro terá questionado o empresário: "É preciso dinheiro para a política, nem sei se posso contar consigo". O empresário terá respondido que este tinha de acreditar. O Ministério Público afirma que confrontado com dúvidas do novo líder autárquico sobre o tal financiamento, o empresário terá dito: "Sabe como é que se faz? Se não sabe, pergunte aqui ao Dr. Hermínio, que ele sabe". De seguida terá esclarecido: "em cada obra é, é o valor... e a seguir você diz o que precisa e bota em cima".

Este empresário, que aparece referido inúmeras vezes ao longo da acusação, tinha uma relação privilegiada com os autarcas de Oliveira de Azeméis, que lhe atribuíam inúmeras obras sem qualquer formalismo, sendo mais tarde regularizada a situação, muitas vezes, com contratos simulados ou empolados. Esta informalidade fez com que a dívida da autarquia com o empresário atingisse quase 800 mil euros. Muitas obras eram formalmente atribuídas por entidades terceiras, como clubes desportivos ou juntas de freguesias, que faziam contratos-programa com o município, que desta forma subsidiava as empreitadas. Em relação a este empresário o Ministério Público pede que sejam declarados perdidos a favor do Estado 1,7 milhões de euros do seu património, que corresponderão ao valor do património incongruente com os rendimentos lícitos.

mariana.oliveira@publico.pt